



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/05/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todas e a todos.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública Virtual desta comissão do ano de 2021.

Esta audiência tem como objetivo cumprir o disposto no art. 9º, parágrafo IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.leg.sp.br/transparencia/auditorios-online, pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 1.3; e também pelo YouTube, pelo Facebook e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está publicado no Diário Oficial da cidade de São Paulo desde o dia 14 de maio de 2021, e foi publicado no *Jornal Agora* no dia 20 de maio de 2021, e na *Folha de S.Paulo* no dia 24 de maio de 2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 13 de maio de 2021, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que se faz presente acompanhado do Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário-Adjunto da Fazenda; Claudia Bice Romano, Assessora Econômica; Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento; Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro Municipal; João Antonio da Silva Filho, presidente do Tribunal de Contas do Município, que será representado Marcos Thulyo Torreão Tavares; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Passo imediatamente a palavra ao nosso querido Secretário Guilherme Bueno.

Após a fala do Sr. Secretário e de seus assessores, e também após a fala do

Tribunal de Contas do Município, na pessoa do representante Thulyo, eu encerro as inscrições.

Ok?

Muito obrigado.

Vejo a presença do Vereador Líder do PT: Eduardo Suplicy.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, os Vereadores Isac Felix e Sidney Cruz estão presentes também.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem.

Seja bem-vindos, nosso querido Vereador Isac Felix, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e Vereador Dr. Sidney Cruz.

Eu vou anunciando as presenças no decorrer da audiência, ok?

Tem a palavra, para a sua apresentação, o Sr. Secretário Guilherme Bueno de Camargo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Muito bom dia, Sr. Presidente Jair Tatto. Quero cumprimentar também os Srs. Vereadores da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de São Paulo; em especial, o Vereador Isac Felix e o Vereador Dr. Sidney Cruz, presentes. Também os demais Vereadores, que cumprimento na pessoa do Vereador Eduardo Suplicy, meu querido professor. Também cumprimento o Marcos Thulyo, representante do Tribunal de Contas do Município; os nossos intérpretes de Libras, a Elisa Guedes e o Edson Guedes. E, enfim, todos os demais participantes da sociedade civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

Eu gostaria de pedir autorização a V.Exa. para colocar uma apresentação.

Os senhores conseguem ver as telas?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Muito bem.

Então nós estamos aqui novamente para apresentar então os resultados da gestão fiscal da Prefeitura Municipal de São Paulo para o primeiro quadrimestre de 2021.

O objetivo é o de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal,

fazendo um foco nos resultados da gestão fiscal, mas, obviamente, antes, passaremos por um breve apanhado de como se comportaram as receitas e as despesas da Prefeitura durante esse período – como todos sabem, um período bastante complicado por conta da pandemia.

Então, nós tivemos o quadro da receita consolidada de janeiro a abril já está na tela e um comparativo com os anos de 2018, 2019, 2020 e esse primeiro trimestre. Aqui estamos sempre falando do primeiro quadrimestre.

Nós tivemos um aumento nominal de 6.4%. Fazemos essa observação importante porque um aumento nominal em que não está descontada a inflação que, pelos índices oficiais, já está aproximada a 5%, mas temos a convicção de que, provavelmente, seja muito maior do que isso.

Tivemos um aumento bastante positivo das receitas recorrentes, aquelas que se repetem ano a ano, os impostos, repasses federais de impostos, como Fundo de Participação do Município, os repasses de ICMS e IPVA que recebemos do Estado.

Mas tivemos uma queda bastante grande das receitas não recorrentes. Essas receitas não recorrentes são aquelas que não se repetem obrigatoriamente todos os anos, são receitas extras, extraordinárias. Já vou detalhar um pouco mais a frente, mas o grande fator para essa queda abrupta é que, no primeiro quadrimestre de 2020, tivemos assinatura, celebração do contrato com o Banco do Brasil, dando a essa instituição financeira a exclusividade na gestão da folha de pagamentos da Prefeitura de São Paulo e outros ativos da Prefeitura, o que rendeu para os cofres municipais quase 1 bilhão de reais. Então, basicamente, esse foi o grande tombo que tomamos do primeiro quadrimestre de 2020 para 2021.

Também tivemos uma queda nas receitas de capital – também vou detalhar mais a frente -, mas, basicamente, foram operações de crédito do primeiro quadrimestre de 2020 que não tivemos em 2021. Essa é uma das razões. Tem, também, uma questão da não utilização de forma tão intensa dos depósitos judiciais, que vamos detalhar daqui a pouco.

Detalhando um pouco mais, tivemos um aumento de 14%, sempre ressaltando que

estamos falando de variação nominal e não, real. Temos que descontar a inflação. Então, 14% de aumento de impostos, taxas e contribuições – e vamos ver que tivemos um comportamento excelente do ISS para alguns setores, como, por exemplo, o de tecnologia. Isso, obviamente, explicado pelo aumento intensivo do uso de informática durante a pandemia.

Tivemos um comportamento muito forte também do ITBI. Isso mostra que as transações imobiliárias estão aceleradas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos algum reflexo do PPI nesses valores?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Desse PPI de 2021, não. Porque ele vai ser aberto no mês de julho. As adesões serão feitas no mês de julho. O que nós temos são receitas dos PPIs antigos que estão já em franco declínio, porque já são mais antigos. A tendência é que eles vão se esvaindo ao longo do tempo. A adesão ao PPI de 2021 será no início de julho.

As receitas patrimoniais: tivemos uma queda bastante grande que já foi explicada. Basicamente, o grosso dessa queda é o contrato do Banco do Brasil que foi feito no primeiro quadrimestre de 2020. Em 2021, obviamente, não tivemos.

Outra questão importante aqui a ser ressaltada são essas outras receitas correntes, que caíram 54%. Esses 54%, boa parte disso é a queda das multas de trânsito. As multas de trânsito já vinham caindo, elas já vinham numa tendência de queda ao longo dos anos. Mas, obviamente, por conta da pandemia e por conta da suspensão das intimações, das notificações de multa de trânsito, as receitas caíram brutalmente para quase 25% do que estávamos normalmente arrecadando.

E, aí então, um pequeno detalhamento das receitas por tributos, e aí um aumento bastante expressivo do ISS na segunda linha, como eu disse a V.Exas. E esse aqui – volto a dizer – a grande contribuição para esse aumento de arrecadação foram as empresas de tecnologias, empresas de intermediação, que foram negócios que obviamente cresceram muito durante a pandemia.

Então, as pessoas tiveram de comprar *softwares*, as pessoas tiveram de fazer

instalações de *softwares*, as empresas também tiveram de reformular suas áreas de tecnologia, para fazer face ao teletrabalho, fazer face a todas as demandas que a pandemia acabou trazendo. Além disso, temos as empresas de entrega, enfim, tudo isso contribuiu realmente sobremaneira.

A construção civil também teve uma atividade, obviamente, em crescimento, não tão grande quanto à tecnologia. Mas, a construção civil teve um bom desempenho na cidade de São Paulo.

E as transações imobiliárias, que é a próxima linha, que é o ITBI, que tiveram um aumento brutal de 50%. Isso mostra que o mercado imobiliário está bem aquecido.

Nós tivemos também aumento no Fundo de Participação dos Municípios, no ICMS e no IPVA. Esses três – e eles obviamente podem ser entendidos também com relação aos nossos tributos – é porque houve uma recuperação econômica nesse período, houve um crescimento econômico. Além de tudo, tem o efeito da inflação. Aqui também mais uma vez a inflação está oficialmente próximo de 5%, mas temos a impressão, ou melhor até, a convicção de que os dados reais são bem superiores a isso.

Por outro lado, o Governo do Estado de São Paulo fez um ajuste em várias isenções, benefícios fiscais e isso também trouxe o aumento de arrecadação e a mesma coisa vale para o IPVA, que também algumas isenções foram extintas no Governo do Estado. O aumento de arrecadação de IPVA e de ICMS obviamente refletiram aqui nos nossos repasses por esses valores altos.

O próximo gráfico é uma expectativa de crescimento das autoridades econômicas do país. Nós estamos falando aqui, hoje estamos com uma expectativa de 3,14% de crescimento com um desvio padrão apresentado no gráfico. Mas, o mais importante é que quando a gente vem para o outro gráfico, verificamos que o estado de São Paulo e certamente a cidade de São Paulo estão descoladas do crescimento do país. Aqui nós estamos tendo um crescimento muito mais forte do que o restante do Brasil.

Isso eu já tinha dito na outra apresentação que fizemos e essa distância, esse

descolamento do crescimento do PIB do estado de São Paulo e obviamente da cidade de São Paulo, em relação ao país, está muito destacado e já vem se mantendo, enfim, já vem há bastante tempo. Mas, do ano de 2020 esse descolamento ficou bastante claro e vem se mantendo, como esse gráfico mostra bem. Isso obviamente explica a recuperação da receita.

E aqui também uma boa notícia. É que a cidade de São Paulo está recuperando os empregos. Tivemos aqui uma queda muito grande por conta da pandemia, em março, abril, maio, junho, julho e agosto de 2020. Em setembro, a gente começou a recuperar novamente, mas ainda no negativo. E já entramos em 2021 com um crescimento positivo no saldo de empregos.

Então, isso é uma ótima notícia, mostra que a cidade de São Paulo está, enfim, começando a se recuperar da crise, se é que vamos conseguir sair dessa crise sanitária em breve. Mas, enfim, do ponto de vista econômico, a resposta tem sido boa.

Voltando, fazendo um detalhamento das Receitas de Capital que caíram - que eu já havia dito - as operações de crédito caíram bruscamente, nós tivemos algumas operações de crédito no primeiro quadrimestre, especialmente as operações de crédito para pavimentação, asfalto novo, mas não tivemos ainda este ano. Alienação de bens, ainda muito pequena e as outras receitas de capital - que eu já tinha dito nos primeiros *slides* - as razões dessa redução nas receitas de capital.

Apresentado o cenário das receitas, passamos agora a apresentar um cenário do que ocorreu em relação às despesas em 2021.

Então, se as notícias com relação as receitas totais da Cidade foram boas, com relação às despesas notasse que a pandemia continua castigando bastante os cofres da Prefeitura. Tivemos um aumento nominal de 15% com relação às Despesas Correntes. Nós vamos ver mais adiante que, basicamente, os aumentos de custeio foram praticamente todos por conta das despesas com enfrentamento da pandemia.

Começaremos então a detalhar um pouco mais. Com relação a Pessoal e Encargos, as despesas ficaram bastante estáveis, aumentaram pouco, mas aqui está abaixo

da inflação. Os Juros e Encargos da Dívida, reduziram 11,6%. Aqui, nas explicações técnicas, a primeira delas é que como a nossa dívida principal é calculada utilizando a Tabela Price, ao longo do tempo a tendência é que a amortização do principal vá ficando cada vez mais alta, estamos amortizando mais dívida do que estávamos no começo do contrato, aquele nosso contrato de financiamento de dívida que temos com a União. Além disso, nós pegamos um pouco o benefício de juros baixos que tivemos ao longo desse período. Essa é uma das razões para essa redução no pagamento de juros e encargos da dívida, durante o primeiro quadrimestre. É bom lembrar que, durante o primeiro quadrimestre, não tivemos o efeito do não pagamento da dívida com a União. O efeito só começou no mês de abril do ano passado, o impacto é muito pequeno e ele compensou no início do ano, em janeiro, quando também tivemos redução nesse pagamento. Então, ficou quase equilibrado o pagamento total que fazemos junto à União no primeiro quadrimestre. Agora sim, no segundo quadrimestre teremos um aumento brutal porque aí virá a comparação de um período que não pagamos a dívida com a União, por conta da lei, com esse período em que voltaremos a pagar.

Aqui são as outras Despesas Correntes, houve aumento de 28,4%. E vamos ver que o principal fator para o aumento das despesas correntes foi a Covid. Temos aqui os aumentos – e vou citar alguns – o decorrente do fornecimento do cartão merenda para os alunos da rede pública estadual; tivemos o pagamento da Renda Básica, que foi aprovado inclusive pela Câmara Municipal, e já vem sendo paga pelo Município, e só aqui são quase 500 milhões de reais. Temos um acréscimo nas despesas com a Saúde, com criação de leitos, enfim, todos os insumos para enfrentarmos a pandemia. Temos um aumento muito grande no subsídio dos Transportes, que é muito fácil de entender.

A Prefeitura, obviamente, manteve a frota num padrão acima do que temos de demanda para que não houvesse superlotação nos ônibus, mas a quantidade de passageiros diminuiu muito por causa da pandemia. Então a receita do sistema diminuiu e obviamente a Prefeitura tem que cobrir essa diferença, então o subsídio de transporte também está pressionando o nosso orçamento.

E nós temos também um crescimento muito grande de despesas de assistência social, seja com oferecimento de quartos de hotel, marmitas, cestas básicas; tivemos um oferecimento de serviços assistenciais sem precedentes na Cidade.

Aqui também tivemos, dentro das despesas consolidadas, a gente teve aqui despesa de capital, tivemos uma redução no investimento, comparando-se o primeiro trimestre de 2020 e de 2021. E aqui nós temos duas respostas. A primeira delas é que obviamente a pandemia também acabou atrasando ou postergando alguns investimentos.

Mas nós temos outra resposta também para essa queda, que é: nós estamos num momento de consolidação e conclusão do Plano de Metas, então houve uma desaceleração dos investimentos até que o Plano de Metas seja concluído e haja uma definição do que serão as prioridades para essa gestão de quatro anos. Então nesse primeiro trimestre houve essa desaceleração justificada por isso.

Do ponto de vista da amortização da dívida nós já conversamos. E aí tem aqui outro elemento que é a recomposição. Nós tivemos uma menor recomposição dos depósitos judiciais, uma vez que nós tivemos uma utilização menor também. Obviamente nós temos de recompor os depósitos a partir do momento que nós usamos. A gente tem sempre que manter um valor mínimo e aí, quando abaixa desse valor nós temos de recompor os depósitos, e isso também foi reduzido durante esse período.

Aqui um quadro mostrando os restos a pagar. Nós temos ainda um saldo de restos a pagar, e aqui a explicação. Na verdade, basicamente nós temos duas despesas ainda a serem quitadas. São despesas da educação e despesas de saúde que nós estamos aguardando para fazer as quitações do ano passado. No mais, tivemos, do total de saldo inscrito, saldo de restos a pagar inscritos no dia 31/12, tivemos pagamento de 2,4 bi e já cancelamos quase 500 milhões. Então agora estamos só com essas duas últimas pendências, obviamente pelo tamanho e importância, os valores são grandes, mas devemos concluir isso em breve.

E vamos agora falar dos resultados. Antes de começar eu queria só lembrar que a

Prefeitura tem como característica uma sazonalidade nas suas receitas. Tem um primeiro quadrimestre em que a gente tem uma entrada de receitas maior do que a média do ano todo, isso em decorrência basicamente de dois tributos principais.

O primeiro é o IPTU, e tem uma quantidade relevante de contribuintes que fazem pagamentos à vista, então no primeiro trimestre tem essas entradas que são sazonais, porque depois, obviamente, não teremos mais essas entradas. E tem principalmente o IPVA também, cujos pagamentos são efetuados nos primeiros meses do ano. É sempre bom fazer essa ressalva porque normalmente o resultado do primeiro quadrimestre é sempre positivo.

Feita essa ressalva da sazonalidade, a gente passa para o resultado. Nós tivemos um resultado positivo nesse primeiro quadrimestre de 6,588 bilhões.

Eu estou procurando um quadro só para passar o dado correto para vocês. Se a Claudia depois puder me passar. Houve uma piora desse valor em relação ao ano passado. No ano passado nós tivemos um resultado mais positivo que este no começo do ano.

Aí nós entramos aqui no resultado primário e nominal.

A Claudia efficientíssima já trouxe aqui.

Só voltando para essa tela. No ano de 2020, no primeiro quadrimestre, nós tivemos um resultado orçamentário de 7,782 bilhões. Neste ano a gente já consegue enxergar uma piora desse quadro, obviamente não é um dado a se preocupar, mas mostra que a pandemia realmente está castigando a cidade de São Paulo, a despeito da nossa boa situação de receitas, enfim, da boa situação fiscal da Cidade.

Voltando à demonstração do resultado primário e nominal. A gente teve um resultado primário acima da linha de 5,575 bilhões, tínhamos uma meta fiscal anual definida de praticamente 2 bilhões.

Quando a gente vai para o resultado nominal, tivemos um resultado nominal efetivo de 4,910 bilhões, frente a uma meta da LDO de 1,928 bilhão.

Com relação aos limites que são os nossos indicadores importantíssimos aqui. Com relação à despesa com pessoal, estamos bastante confortáveis, o nosso limite máximo é de

60%, limite prudencial 57%. Hoje, a Prefeitura está com 34,24% de despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida. O que é um resultado realmente muito positivo.

Com relação à garantia de valores, temos um limite de 22%, definido pelo Senado, estamos usando 0,18%. Também é uma situação bastante confortável.

Aqui, um dado importante, com relação às operações de crédito que temos um limite de 16%, estamos utilizando zero. O número é ínfimo, é 0,000608%, então aqui em duas casas decimais a gente está com zero.

A mesma coisa para operações com antecipação de receita. Temos um limite de 7%, também estamos usando zero. Ou seja, no aspecto dos indicadores aqui nós estamos numa situação bastante confortável.

Com relação à dívida consolidada líquida, nós continuamos com uma tendência de queda. Nós vamos ver no gráfico aqui, daqui a pouco, essa tendência de queda não só vem de uma amortização que vem sendo feita, já acabei de falar um pouco sobre taxas baixas de juros e o uso da Tabela Price, pagamento de precatórios que temos feito, mas também em relação à disponibilidade de caixa que aumentou.

Hoje estamos com 35,29%, comparando com o ano passado, com dezembro de 2020, a gente estava com 43%. Da última apresentação para hoje, nós já passamos de 43 para 35%. Aqui esse gráfico demonstra bem a tendência de queda do nosso endividamento. Hoje, estamos aqui com 35%. O limite de endividamento é de 120%, ou seja, estamos aqui também com uma situação bastante confortável.

Então, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a oportunidade eu termino aqui. Ficamos à disposição para perguntas, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, peço a gentileza que mandem para a nossa assessoria da Comissão de Finanças esse demonstrativo. Pode ser?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Vereador, desculpe. Ficou muito baixo e não ouvi a sua fala, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mandar para a nossa Comissão de Finanças e

Orçamento esse demonstrativo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Com certeza, Sr. Presidente.

Mandaremos imediatamente após o fim da nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pergunto se o Tribunal de Contas do Município está presente. O Marcos Thulyo está aí? Quer se manifestar?

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES - Sim, Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – À vontade.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES - Primeiramente bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Thulyo, permita-me, quero anunciar que temos também presente na reunião o Vereador Marcelo Messias. Pode seguir.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES - Sim, obrigado.

Bom dia a todos. Cumprimentando o Presidente, os Vereadores, o Secretário da Fazenda, sua equipe e os munícipes que nos acompanham, hoje, nesta audiência pública.

Da análise dos números, o Secretário explicou bastante detalhado na apresentação. Percebemos, em linhas gerais, uma continuidade da recuperação da atividade econômica no Município de São Paulo, após uma forte queda devido à pandemia, aos *lockdowns* e restrições de circulação, de operação de comércio, mas percebemos uma recuperação da atividade nesse primeiro quadrimestre de 2021.

Também gostaríamos de destacar que o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, ele segue elevado, mesmo quando levamos em conta a sazonalidade de início de ano ser mais forte a arrecadação, *vis-à-vis* as despesas, mas quando olhamos ao final do exercício de 2020, o caixa da Prefeitura era de 18,1 bilhões consolidados e temos agora, ao final do quadrimestre, em 30 de abril, 22,8 bilhões. Então temos aí um aumento de quase 26% em relação ao quadrimestre anterior e que já era um caixa, que considerávamos no Tribunal, elevado. Então ele permanece em níveis elevados, mesmo quando levamos em conta a sazonalidade.

Por fim, gostaríamos de perguntar se já tem data para a segunda audiência pública referente ao PLDO. Terminamos, recentemente, esse relatório e vamos encaminhá-lo à Comissão nos próximos dias.

São essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas, Sr. Presidente. Permanecemos à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Thulyo, com relação à pergunta sobre a data da segunda audiência pública para tratar da LDO. Nós fizemos a primeira. Ontem combinamos com o nobre Vereador Isac Felix que para a próxima reunião, ele envia um calendário. O Vereador Isac Felix é o relator. Por isso não temos a data dessa segunda audiência. Mas ficou acordado que na próxima reunião da Comissão, quarta-feira, viria o calendário da LDO, considerando que é a última matéria a ser votada antes do recesso parlamentar.

Temos duas inscrições apenas. Passo a palavra a primeira inscrita: Sra. Letícia de Paula. (Pausa) Ausente.

O próximo orador é Sr. André Luiz dos Santos, o Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) - Bom dia a todos. Em nome do Vereador Jair Tatto, cumprimento todos os Srs. Vereadores, cumprimento o Sr. Secretário.

Sr. Secretário, acredito que o que eu vou dizer aqui não é para a V.Exa, mas para o novo Prefeito da Cidade, de mudarmos a forma de pensar.

Os investimentos públicos na cidade de São Paulo não castigam os cofres públicos, investem na população. É um olhar errado. Temos que entender que a Cidade, mesmo com Covid-19, tem 25 bi de entrada e 18 bi de gastos. Estamos falando - estou sempre no campo da média - de uma média de 7 bilhões de reais.

Então há um fôlego aí para repensar o que é fazer política na cidade de São Paulo, porque esta cidade é uma cidade que não tem luz, está às escuras. A população de rua aumenta muito a cada dia. Artistas não tem uma assessoria para um emergencial. A cidade de São Paulo fala direto de 100 reais para as pessoas, mas nós não sabemos quem são essas

—

peças que estão recebendo esses 100 reais. A cidade de São Paulo está abandonada por uma política que prefere ter dinheiro em cofre e não colocar dinheiro na rua. E aí o mês de abril teve um aumento de 12%, mesmo da Covid-19, é um dos maiores durante 10 anos. E aí é difícil ficar... eu sempre percebo dos Secretários, que mesmo eles colocando os dados, os gráficos positivos para nós, sempre vem com um discurso que não tem dinheiro, que não está entrando dinheiro, o que não tem é investimento na Cidade. E aí precisamos investir na Cidade, precisamos ter um olhar diferente, não é gasto público, não castiguem a Cidade, o que castiga a Cidade são as pessoas morrendo de Covid por não ter investimento público, o que castiga a Cidade é não ter luz. Isso castiga a Cidade. Eu só pediria esse outro olhar, respeitando você, porque também nós temos um problema: não sei se você vai continuar também, porque depois muda, vem outro Secretário, daí muda tudo e a Cidade patina, mas os cofres públicos da Cidade estão muito bem, obrigado, porque o ITBI cresce, o ISS cresce, o IPTU cresce. E eu queria que minha conta crescesse. Onde que a cidade não tem investimento? Não entrou lá, como você falou, do Banco do Brasil, não entrou também o investimento da Saúde, que foi volumoso no ano passado, mas não é um investimento exato esse ano, mas seis bilhões mostra que a Cidade está bem saudável, só que a população também precisa ficar saudável. Acho que precisa investir na Cidade e eu só quero reforçar. Precisamos de um planejamento com o PL 343, com planejamento emergencial à cultura, por favor, Secretário, a periferia é onde as pessoas vivem, tenha orgulho de viver na Cidade, porque os seus números têm o preço nas ruas, é só olhar nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rapper Pirata. Eu vejo também a presença, não sei se já comuniquei, Vereadora Janaína Lima, está presente? Secretário, vou fazer uma leitura, em forma de pergunta, questionamento, que é tirado pela nossa Comissão de Finanças e Orçamento e do Comitê Emergencial de Crise, que nós criamos, através da Comissão e os Vereadores já podem ficar à vontade que, em seguida, já darei a palavra para os Srs. Vereadores e Vereadoras.

A Comissão de Finanças e Orçamento aprovou uma destinação de 33,6 milhões

para o combate a pandemia, por meio de uma nova estratégia, considerando tudo que já foi feito. A Comissão de Finanças e Orçamento aprovou, na 10ª reunião ordinária, do dia 26/05, hoje é 27, mas estou me referindo a ontem, que foi a reunião, dois requerimentos referentes ao trabalho do Comitê Emergencial da Crise, do Emprego e da Renda. O primeiro autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda a abrir crédito adicional de 36.6 milhões para a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo a fim de ampliar o número de vagas disponíveis no Programa Bolsa Trabalho e no Programa Operação Trabalho, por meio de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

O segundo requer que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, crie o projeto Programa Operação Trabalho para rastreadores de contatos, com o objetivo de identificar, monitorar e isolar as pessoas que tiverem contato com contaminados. O crédito adicional tem por objetivo retomar os valores pagos com o Programa Bolsa Trabalho e o Programa Operação Trabalho em anos anteriores. Os valores liquidados com o Programa Bolsa Trabalho foram de 1.9 milhões, em 2020, esse é o levantamento que nós temos, enquanto, em 2006, os valores aplicados com o Programa corrigido eram de 18,5 milhões e no Programa Operação Trabalho aplicou somente 6,7 milhões, em 2020, enquanto, em 2012, os valores aplicados e corrigidos eram de 23,7 milhões.

A solicitação é amparada no remanejamento dos valores em caixa da Prefeitura, que fechou o ano de 2020 com 18 bilhões em caixa, sendo 4,8 bilhões de recursos livres. Acho que V.Exa. já fez essa demonstração para nós.

A segunda proposta é oriunda do II Seminário promovido pela Comissão de Finanças e Orçamento, ocorrido em 29 de abril de 2021. Tivemos a presença do epidemiologista Dr. André Ricardo Ribas de Freitas, que fez um alerta sobre a condução da pandemia nas cidades brasileiras ao enfatizar que as atuais medidas adotadas pelas autoridades são insuficientes para a quebra da cadeia de transmissão da Covid-19. Ressaltou

que 44% da carga viral da Covid-19 é transmitida antes do início dos sintomas, e isso implica em que, para conter a transmissão, é necessário isolar as pessoas que tiveram contato com pessoas contaminadas antes da realização da testagem. Essa medida de rastreamento individual e de isolamento dos contaminados se mostrou efetiva em vários países, com destaque para os Estados Unidos, que contratou 100 mil rastreadores de contato para reduzir a taxa de transmissão da doença.

Sem a perspectiva de que o país e a capital de São Paulo imunizarão a população em médio prazo por meio das vacinas e de que a estratégia de restrição coletiva, de fechamento de setores produtivos não será suficiente para frear a disseminação do vírus, a Comissão de Finanças e Orçamento aprovou que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, utilize a Operação Trabalho, prevista na Lei 13.178, de 17 de setembro de 2001, para contratar profissionais com o objetivo de identificar, monitorar e isolar as pessoas que tiveram contato com contaminados com Covid-19.

Não sei se o Secretário conseguiu compreender, na forma de pergunta, esses números colocados, da Operação Trabalho. Objetivamente, a última parte que eu coloco, da contratação, comparo com a educação. A educação, parece-me, contratou mais de 4 mil mães para ajudar na organização para o retorno às aulas. Então, consideramos que os profissionais de saúde não estão conseguindo ter gente suficiente para fazer esse monitoramento. Há casos de famílias em que uma pessoa se contamina, mas não há, por parte da Secretaria – até pelo efetivo, que não é suficiente -, condição de ligar e solicitar ou até implorar que os demais membros da família, independente de sentirem algo ou não, vá até uma UBS ou a uma UPA para verificar se não estão contaminados.

Esses são encaminhamentos feitos pela nossa Comissão, aproveitando a oportunidade da sua presença e também do Comitê de Crise do Emprego e da Renda. Esse é meu questionamento.

Pergunto aos Srs. Vereadores e Vereadoras e a quem está na sala...

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Bom dia a todos. Cumprimento o Secretário da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno; na pessoa do Presidente Jair Tatto, todos os Vereadores presentes; o Sr. Marcos Thulyo, representante do Tribunal de Contas; todos os munícipes presentes e os que nos acompanham pelas redes sociais.

Apesar da crise econômica, social e da saúde, por conta da pandemia, vejo a apresentação de V.Exa. de uma forma positiva com relação aos números.

Parabenizo o Secretário pelo trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo à frente da Secretaria e aproveito para fazer-lhe uma pergunta. Eu gostaria de saber, Sr. Secretário, qual foi o aumento real dos repasses com relação aos subsídios para o transporte público da cidade de São Paulo nesse momento pandêmico.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Cumprimento o Sr. Presidente Jair Tatto, o Secretário da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo e o Sr. Marcos Thulyo, do Tribunal de Contas.

Eu gostaria de um esclarecimento, exatamente porque não compreendi bem o efeito de o Banco do Brasil ter assumido a folha de pagamento. Como isso acabou afetando o orçamento municipal?

Sr. Secretário, a sua exposição mostra uma evolução positiva para o município de São Paulo.

Meus cumprimentos e um abraço.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Rapidamente eu vou explicar ao nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, meu querido professor. A Prefeitura de São Paulo celebrou um contrato com o Banco do Brasil, para que ele, com exclusividade, faça os

pagamentos dos salários de todos os servidores e aposentados aqui da Prefeitura, além de movimentar as contas de pagamentos de fornecedores, enfim, todas as contas bancárias da Prefeitura.

Com isso, nobre Vereador, o Banco do Brasil, para ter esse direito de exclusividade, pagou à Prefeitura aproximadamente 950 milhões de reais. Então, foi uma receita extraordinária decorrente desse contrato. O Banco do Brasil, por ser exclusivo, entendeu que isso era um negócio que valia esses 950 milhões de reais aproximadamente, e esse dinheiro entrou no caixa da Prefeitura no primeiro quadrimestre do ano passado. Por isso, essa redução das receitas não recorrentes de 2020 para 2021.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Muito obrigado pelo esclarecimento, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Sr. Presidente, eu também tenho que participar da Comissão de Direitos Humanos. Se possível, eu gostaria que o Sr. Secretário antecipasse a minha resposta, com gentileza, para eu chegar no horário na reunião.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, posso passar depois as informações com mais detalhes, se V.Exa. permitir.

Um dado bastante eloquente é que no nosso planejamento orçamentário, na nossa LOA de 2021, já para este ano, nós prevíamos o pagamento de um subsídio para complementar os contratos, complementar todo o sistema de transporte da ordem de dois bilhões, 250 milhões para o ano inteiro.

Nós, aqui, estamos fazendo um esforço para que este valor não seja superado em muito, mas, ainda será superado, para V.Exa. ter uma ideia, Vereador, em certamente mais de 1,5 bilhão, além dos 2,250 bilhões. Então, só no ano de 2021, na melhor das hipóteses, teremos aí, 3,750 bilhões contra um subsídio previsto no Orçamento de 2,250 bilhões. Realmente é um valor bastante significativo e essa diferença, como eu disse, basicamente é decorrente da diminuição das receitas com transporte, ou seja, menos gente passando pela

catraca, o faturamento do sistema diminui, e a Prefeitura, contratualmente, tem de pagar essa diferença para o sistema funcionar.

Depois, Vereador, posso passar esses dados com mais precisão, inclusive, com o histórico dos últimos anos. Não tenho isso, agora, comigo, mas, com essa informação, V.Exa. já tem uma ideia do tamanho do custo que tem sido arcado pela Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Solicito, então, que essas informações cheguem até a nossa Comissão.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Perdão, Presidente, preciso me ausentar, tenho outra reunião. Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, Sidney, muito obrigado. Até mais.

Ninguém mais se manifestou por enquanto.

Sr. Secretário, teve essa leitura longa das considerações que fiz da Comissão de Finanças; tivemos as perguntas do Rapper Pirata; teve também algumas perguntas e observações do Sr. Thulyo, do Tribunal de Contas. É isso? (Pausa)

Então fique à vontade de finalizar.

O SR. ROGÉRIO – Há a inscrição da Vereadora Janaína.

O SR PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só um instante, Secretário. Rogério, desculpe, quem estava inscrito?

O SR. ROGÉRIO – A Vereadora Janaína.

O SR PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois então, fiz um breve relato e perguntei quem mais queria falar. Vereadora Janaína? (Pausa)

A SRA. JANAÍNA LIMA – Sim, estou aqui, Presidente.

O SR PRESIDENTE (Jair Tatto) – OK. Nos achamos no virtual. É assim mesmo. Tem a palavra a nobre Vereadora.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Primeiro, Presidente, muito obrigada pela possibilidade de participar. Quero agradecer ao Secretário Guilherme pela explicação. É muito importante para quem nos acompanha entender a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, que

vem aí, amparada pela nossa Constituição. Tem uma lei própria e que nesses meses, maio, setembro e fevereiro, estamos em maio, e o Executivo vem dialogar com a Câmara Municipal.

E a gente percebe, até mesmo pela apresentação do Secretário Guilherme e analisando também o comparativo 2020/2021, percebemos que mesmo em um ano de pandemia a arrecadação foi muito melhor do que o ano passado, repito, mesmo com pandemia. Então isso é um fator favorável, mostra a pujança da nossa cidade.

E uma das coisas que percebemos é que houve – e é uma pergunta que eu gostaria de trazer ao Secretário – e que foi um grande referencial, qual seja, um maior repasse do Governo Federal, e a gente sabe que esse superávit financeiro, que é um valor bem expressivo se comparado com o ano passado, mas também observamos que teve grande parte dos recursos destinados a 5 eixos. Na verdade, 8 Secretarias, sendo 5 que eu considero extremamente relevantes, como o Fundo de Assistência Social, Educação, Direitos Humanos, Saúde e Trabalho, mas a gente percebe um repasse muito grande para o Verde e Meio Ambiente, tendo em vista que todos os parques ficaram fechados e que, normalmente, é o maior centro de custo da Secretaria, eu gostaria de entender qual foi o objeto desse gasto, o Governo com uma publicidade institucional de 74 milhões.

E algo que ficou também em dúvida para mim, e eu gostaria de entender, é o Fundo de Trânsito de 50 milhões. Considerando que estamos numa pandemia, e sabemos, obviamente, as dificuldades existentes no transporte público, e as necessidades adicionais incontestáveis de saúde, eu acho que talvez seria importante a gente saber se a Fazenda tem alguma projeção de execução até o fim do ano também.

Outro ponto que é importante destacar e que é sempre um objeto de maior análise são os Restos a Pagar. Eu vejo, por exemplo, que há umas exceções dos Restos a Pagar, porque Educação e Saúde tem um prazo até junho e algumas notas de empenho, tanto da Controladoria como da Assistência e até da própria Fazenda, têm até agosto. A minha pergunta é se haverá uma nova prorrogação para esse prazo, principalmente na questão da saúde e educação, que são duas áreas extremamente afetada pela pandemia.

É isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, parabeno o Secretário Guilherme pela sua disponibilidade de vir aqui dialogar com esta Casa. Obrigada pela oportunidade de fala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Janaína.

O SR. MÁRIO – Sr. Presidente, informo que os Vereadores Marcelo Messias e Delegado Palumbo estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V.Exas. querem usar a palavra? (Pausa)

O SR. MARCELO MESSIAS – Bom dia, Presidente e todos os presentes. Eu quero agradecer ao Secretário Guilherme pelas explicações e falar que eu estou à disposição para contribuir com a Cidade, principalmente com as finanças, uma finança saudável para melhorar a vida do paulistano.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Marcelo Messias.

Vereador Palumbo? (Pausa)

O SR. MARCOS – Acho que o Vereador Palumbo já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Então, eu vou passar a palavra para o Secretário para suas considerações e respostas Guilherme Bueno.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Presidente. Se V.Exa. me permitir, eu acho que eu gostaria de fazer na mesma ordem que foram feitos os comentários, mas provavelmente respondendo a uma, eu vou acabar respondendo a outras também.

Eu começo com o Dr. Thulyo, que falou sobre o saldo de caixa elevado. Obviamente, para fazer essa resposta, eu tenho que me reportar ao ano de 2020. Na outra audiência pública, eu já havia dito que esse *superavit* que gerou esse saldo de caixa disponível, livre, de 4,6 bilhões foi basicamente decorrente dos repasses da União, da suspensão de pagamentos da dívida e de receitas extraordinária, uma delas é o próprio contrato do Banco do Brasil. Foram receitas não recorrentes que acabaram contribuindo para esse resultado, porém nós tivemos e continuamos tendo um período de bastante insegurança, de instabilidade de volatilidade, porque a gente não sabe ainda como o País vai se recuperar

vai se recuperar dessa pandemia e vai fazer face a ela.

Só fazendo um esclarecimento, esse saldo de caixa aumentou por conta da nossa sazonalidade de receitas, mas a gente já consegue ver que ele será consumido; a gente vê pelo próprio *superavit* comparado de 2021 para 2020 que nós já tivemos uma redução. Mesmo antes dos recebimentos, dessas receitas extraordinárias no primeiro quadrimestre de 2020, nós tivemos um resultado melhor do que no primeiro quadrimestre de 2021, e isso tudo é uma decorrência basicamente de pressões brutais da nossa despesa.

Eu falei para vocês uma delas, que é o subsídio do transporte, mas nós temos outras, e hoje nós temos uma previsão, que pode mudar a qualquer momento, e a tendência é que mude inclusive para mais, de uma pressão orçamentária, ou seja, despesas não orçamentárias, que não estão previstas na LOA 2021, da ordem de sete bilhões de reais; uma delas é essa pressão do subsídio, mas temos pressão enorme na Saúde, com todos os investimentos que estão sendo feitos, e assim por diante. Então, nós estamos aqui controlando isso, porque este é, obviamente, um assunto muito delicado, muito importante. Então, a Fazenda faz esse monitoramento quase que diariamente para que consigamos manter a nossa saúde fiscal. Então, volto a dizer, o saldo de caixa ele é ilusório porque ele, na verdade, será consumido com essas pressões orçamentárias. Mas, mais que isso, ele é absolutamente necessário para que ultrapassemos, passemos por este período de turbulência, por este período de volatilidade sem que tenhamos de passar por um sufoco financeiro. Enfim, sem que tenhamos de ter problemas aqui, com os nossos dispêndios.

E, aqui, eu passo para a pergunta do Rapper Pirata. Eu acho, enfim, uma parte da resposta também é essa, Rapper Pirata. Nós temos, aqui, um saldo, mas esse saldo está sendo consumido, estará sendo consumido por essas pressões orçamentárias. Eu quero concordar com você. Quando eu falo que esse custeio está mexendo com as finanças da Cidade, eu não estou falando isso, obviamente, de uma forma negativa. Obviamente, a Cidade está fazendo os investimentos que precisam ser feitos. A cidade de São Paulo, muito embora seja o maior *hub* do País, o principal *hub* do País - as pessoas passam aqui para trabalhar; as

peessoas passam aqui para serem atendidas no hospital; as pessoas passam aqui para viajar para outro lugar -, nós temos uma cidade muito conturbada; temos uma periferia – e o Rapper Pirata sabe muito bem – com muita conturbação, enfim, com bastante dificuldade. Mesmo assim, a cidade de São Paulo está conseguindo atender todos os seus doentes. Obviamente, a Cidade está sofrendo muito, mas nós não tivemos... tivemos apenas um caso, aqui, de alguém que ficou sem atendimento médico. Então, esse recurso está sendo usado para isso e nós sabemos que é necessário, que é prioritário, que é indispensável. Então, concordo plenamente, mas ter essa reserva, neste momento, é algo absolutamente estratégico para que possamos passar este ano com tranquilidade.

E, aí, passo aqui para o questionamento, para a pergunta do Vereador Jair Tatto, enfim, dessa reunião do Comitê, que coloca essa autorização para movimentação orçamentária de 36,6 milhões. Bom, Vereador, primeira coisa, acho que o senhor... essa atividade, que o senhor coloca, de rastreamento de contaminados é muitíssimo importante, muitíssimo importante. Realmente tem de ser prioritária. Agora, essa cepa indiana, que está vindo para São Paulo, está vindo para o Brasil, enfim, se alastrando, mostra, de fato, a importância disso. isso, talvez, acho que seja um dos grandes gargalos que o País precisa superar para controlar esta pandemia. Novas cepas virão. Hoje é a indiana; amanhã será outra. Então, nós precisamos ter esse rastreamento. Eu acho importantíssimo. Então, vou, depois, conversar com a Secretária Aline Cardoso sobre esse questionamento, enfim, sobre essa deliberação do Comitê Emergencial de Crise da Comissão porque, de fato, é uma atividade realmente estratégica. A Secretária Aline já propôs aqui, há algumas semanas, eu não sei como está isso, a contratação de jovens para fazer a conscientização das pessoas, na Cidade, sobre a necessidade, a importância do uso de máscaras; a importância de não aglomerar; a importância do distanciamento social, das medidas de higiene e das medidas sanitárias para a prevenção da doença. Então, eu converso com ela sobre isso, Vereador, mas eu concordo. Acho, realmente, um investimento muito bem feito, muito bem direcionado neste momento.

A Vereadora Janaína Lima, que aproveito para cumprimentar, vou tentar, aqui,

responder também algumas das perguntas. A primeira questão, volto aqui, mais uma vez, a fazer referência à questão do superávit. O superávit do final do ano passado foi um superávit, volto a dizer, decorrente de receitas não recorrentes, receitas que não vão se repetir neste ano. Ele é absolutamente imprescindível para passarmos essa pandemia e conseguir fazer os investimentos em Saúde e Assistência Social que a Cidade precisa fazer. E ele será consumido ao longo desse período com toda certeza.

Volto a dizer, só reiterando, tivemos um resultado melhor o ano passado do ponto de vista de superávit do que este ano. Volto também a reforçar a sazonalidade das receitas, sempre temos um primeiro quadrimestre positivo, mas este ano foi menos positivo que o do ano passado, o que mostra que já houve uma certa deterioração por conta de tudo isso que vimos falando. Muito embora a nossa arrecadação esteja boa em razão de alguns setores que estão indo muito bem. Lamentavelmente temos outros setores que estão indo muito mal, obviamente por conta da pandemia, fechamento de estabelecimentos e assim por diante.

Mas enfim, temos de olhar isso num prisma um pouco mais alongado para não ficarmos muito restritos. Tiramos uma fotografia aqui do saldo hoje, então temos dinheiro para investir, mas temos de enxergar isso para que tenhamos segurança financeira, para que tenhamos responsabilidade fiscal e para deixar a Cidade saudável do ponto de vista econômico-financeiro. Temos de olhar isso por um período um pouco mais alongado do que simplesmente olhar o saldo que está no caixa.

A Vereadora pergunta sobre os parques. E aqui faço uma primeira ressalva, quer dizer, na verdade a Fazenda faz aqui as movimentações orçamentárias e a execução financeira, mas obviamente primeiro a determinação de prioridades é feita na Lei Orçamentária. Enfim, sempre digo, falo isso até porque para mim é um alívio, eu não decido onde vai gastar o dinheiro, não cabe ao Secretário da Fazenda decidir. Cabe obviamente à Câmara Municipal e ao Prefeito, cada um dentro da sua competência, só fazemos aqui a proteção do erário, para que seja utilizado dentro das normas, enfim, e seja bem utilizado.

Com relação aos parques, Vereadora, muito embora os parques tenham sido

fechados, a Secretaria teve despesas ainda mesmo com os parques fechados. Tivemos como política - e o falecido Prefeito Bruno Covas tinha uma preocupação muito grande com isso – manter os empregos dos terceirizados na Prefeitura. Então as empresas prestadoras de serviço da Prefeitura tiveram seus empregos mantidos como uma postura anticíclica de preservar empregos nessa crise.

Então, muito embora os parques estivessem fechados tivemos despesas com esses contratos para poder manter esses empregos. Mas mais do que isso, quando os parques foram abertos, em meados do ano passado, tivemos uma despesa maior do que a normal porque tivemos de ter uma série de controles de entrada, distribuição de álcool em gel e uma série de outras coisas. Tivemos de fazer contratos adicionais para poder abrir os parques com o mínimo de segurança sanitária, para seguirmos os protocolos. Então a despesa do parque ainda foi aumentada por conta desses gastos adicionais relativos ao controle sanitário.

A verba de publicidade, obviamente depois posso passar essa informação com mais precisão, não tenho aqui, mas tenho a impressão de que foi menor ou quando muito igual a que foi feita no ano passado. Mas também temos de ressaltar que ao longo desse período a Prefeitura foi muito demandada do ponto de vista de esclarecimento. Então a Secretaria de Comunicação fez muitas campanhas de esclarecimento, enfim, de orientação para a população de como se cuidar na pandemia, orientação sobre o cronograma de vacinação, enfim, uma série de coisas. Então, obviamente volto a dizer, podemos detalhar mais isso, mas houve demandas para a área de Comunicação.

O Fundo de Trânsito, Vereadora, é em boa parte formado pela arrecadação das multas e além de várias despesas, uma delas que é uma despesa relevante, é o fomento, o pagamento das despesas da CET, Companhia de Engenharia de Tráfego. Então, muito embora - durante a pandemia - tivéssemos aqui uma menor circulação de automóveis, de veículos, as despesas da CET continuam ocorrendo. Enfim, a fiscalização continua, a organização e a orientação do trânsito, assim por diante. Portanto, boa parte desse investimento vai para o custeio da CET.

E com relação aos restos ao pagar, nós imaginamos não prolongar novamente o prazo, mas tivemos que prorrogar para poder fazer a liquidação e o pagamento de despesas relevantes da educação, como a compra dos *tablets*, que já foram entregues com atraso; e da saúde também, que obviamente está tendo um volume de recursos e de movimentação financeira muito superior por conta da pandemia. E esperamos não precisar adiar novamente esse prazo e que a execução desses restos a pagar seja bastante rápida para podermos fechar isso logo.

Sr. Presidente, eu acho que respondi minimamente os questionamentos, mas a minha equipe e eu continuamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero fazer novamente um apelo para a ampliação do Programa Operação Trabalho. É uma reivindicação da Comissão de Finanças. Outra coisa que solicitei, em nome da Comissão, é a contratação de profissionais para fazer o rastreamento.

O Secretário Edson Aparecido tem trabalhado dia e noite. Eu costumo dizer a ele que, se ele consegue dormir meia hora por noite, de fim de semana, feriado, é muito. Ele próprio falou ontem para a imprensa que uma terceira onda da pandemia se faz muito possível. Então, objetivamente, quero passar essas duas situações da Comissão de Finanças. Até vou propor a presença do Secretário ou de algum representante, se ele não tiver tempo, para a próxima reunião do Comitê de Crise, para ele fazer um balanço disso e expor o que ele acha dessa questão.

Para finalizar, nós da Comissão fizemos já uma minuta do PL que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico ao Microempreendedor Individual no Município de São Paulo, a ser proposto pela Comissão de Finanças e Orçamento, conforme os trabalhos do Comitê Emergencial de Crise do Emprego e da Renda.

Resumidamente, propõe formar MEIs para se adequar às regras de contas públicas municipais e estimular a associação de MEIs para disputar as licitações municipais. Já existe uma descentralização com relação às empresas de pequeno porte na questão do uniforme

escolar, fabricando nos territórios, nas regiões. Então, concretizando, vamos dar entrada rapidamente neste PL da Comissão, que também é em torno disso.

Portanto, o meu apelo, de forma apelativa, para que esses dois temas de que falei sejam estudados pelos senhores. São programas existentes e a contratação de profissionais, que podemos chamar de uma frente de trabalho, é claro.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, imediatamente farei uma conversa com a Secretária Aline sobre esse assunto sobre essa deliberação da Comissão. Mais uma vez, entendo que isso é muito importante e conveniente para a Cidade. E quero aproveitar para agradecer a participação de todos, da sociedade, especialmente o Rapper Pirata, o único que acabou fazendo perguntas, dos Srs. Vereadores. Estamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço ao Sr. Secretário, mais uma vez, a toda a sua equipe; ao Sr. Thulyo, do Tribunal de Contas; a toda a equipe desta Casa, os tradutores de libras que estiveram aqui.

Obrigado e até a próxima oportunidade, Sr. Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, muito obrigado pela sua condução sempre muito elegante, muito gentil, agradeço a todos e um abraço a todos os Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos.